

13 OUT 1983

# Tecnocracia também prepara seu "pacote"

**Da sucursal de  
BRASÍLIA**

Mais do que rumores, existiam ontem indícios de estar iminente a edição, pelo governo, do seu pacote de medidas econômicas alternativas do Decreto-Lei nº 2.045. Prevendo impasse nas negociações com o próprio PDS, por não poder aceitar todo o elenco de sugestões preparadas pela Comissão dos Onze e já aprovado pela bancada do partido na Câmara, os detentores do poder não esperariam a aprovação pela bancada do Senado e, muito menos, a entrega solene do texto pelo senador José Sarney ao general João Figueiredo. Antecipando-se, e influenciados pelo tecnocratas, eles baixariam logo as suas medidas, por alguns motivos principais: o prazo para o referendo ou a negativa ao 2.045 esgota-se na próxima semana, o Fundo Monetário Internacional está impaciente e, acima de tudo, não haveria hipótese de o Palácio do Planalto aceitar e transformar em realidade todas as propostas de seu partido, que equivalem não a simples alternativa para o decreto-lei em questão, mas a um verdadeiro programa de governo, uma plataforma digna de figurar nas promessas de qualquer candidato à chefia de uma nova administração. Por isso, inviável.

Caso concretizadas essas previsões, estariam em situação difícil as relações entre o Executivo e o PDS, para não falar da certeza da impossibilidade de entendimentos com as oposições, que vão além do documento pedessista. Daqui para diante, mais se acentuará o fosso entre o governo e o Legislativo. Caso dominado mesmo pelos tecnocratas, o presidente veria malogradas suas tentativas de diálogo e mais se isolaria de seu pano de fundo partidário, com reflexos imediatos sobre a sucessão presidencial. A coordenação sucessória de Figueiredo se tornaria mais difícil e a rebelião do PDS se tornaria irreversível.

No Palácio do Planalto e no PDS, no reverso da medalha, existem os que ainda possuem esperança de um acordo. Apesar de haver efetuado um trabalho independente, ao qual o governo deveria aderir, a Comissão dos Onze não teria produzido sugestões tão inaceitáveis assim, mas procurado um conjunto capaz de se enquadrar na estratégia em curso. E possível de ser negociado. Como as bancadas no Congresso já o aprovaram ou terão o aprovado hoje, com a manifestação de seus senadores seguida à de seus deputados federais, haveria tempo para o senador José Sarney reunir o diretório nacional ou a executiva do partido, amanhã. O problema é que o presidente João Figueiredo estará fora de Brasília, até domingo, só podendo receber o material a partir de segunda-feira. Caso conseguisse conter o açoitamento da tecnocracia, até lá, tentar-se-ia um entendimento para a edição de pelo menos algumas das medidas constantes do documento pelo Palácio do Planalto. Bem como das suas, particulares.

Os rumores e indícios do impasse correm por conta das lições do passado, e nem será preciso chegar a exemplos anteriores ao governo Figueiredo. Em todas as oportunidades em que situações semelhantes se apresentaram, o governo não teve contemplação. Fez o que quis, autoritariamente, sem maiores considerações para com o que pensavam os partidos, inclusive o seu. Foram dezenas as vezes em que, fazendo ouvidos moucos e letra morta do sentimento partidário, o Executivo agiu de forma imperial. Dos pacotes elei-

torais que tanto mudaram as regras do jogo político a sucessivas alterações na estratégia econômica, tudo aconteceu como se os tempos de abertura política não houvessem chegado, fator determinante da criação de dissidências no PDS e da reação cada vez maior dos políticos situacionistas e oposicionistas, pois a abertura, paradoxalmente estabelecida pelo Executivo, chegou mesmo.

Tudo se resolverá em poucas horas, mas, preservado o acordo ou outra vez malograda a tentativa de entendimento, uma coisa é certa: pela primeira vez em sua história, o PDS preparou um elenco de sugestões econômicas. Pretensioso, o seu pacote equivale a um programa de governo, vale repetir, e não haverá como os três candidatos principais à sucessão deixarem de se sensibilizar pelo documento elaborado por quem, na realidade, irá elegê-los. Paulo Maluf não demorará muito em se pronunciar pelas medidas pedessistas, apesar da contradição de conterem uma filosofia reformista, enquanto ele se diz um defensor do establishment. Mário Andradezzer precisará agir com precaução, pois, se as sugestões se enquadram em suas preliminares idéias-base de governo, reformando algumas estruturas, será bom não esquecer que ele integra a atual administração e deve lealdade a ela. Aureliano Chaves, com cautela, aceita a maioria das teses expostas pelo PDS e até gostaria de ver as oposições integradas nelas; pelo consenso.

Em suma, ao menos para os que pensavam pudesse o diálogo ser estabelecido por um passe de mágica, a partir do pronunciamento de Figueiredo admitindo recuar e buscar alternativas para o 2.045, revela-se realidade bem mais complicada do que as intenções. Se o PDS for atropelado e tiver seu trabalho ultrapassado por editos tecnocráticos, reagirá. Mas, se ainda houver bom senso e chance de uma composição, como ficarão os tecnocratas?

As declarações do ministro Delphim Netto dão bem a medida da delicadeza da questão. Há dois dias, ele disse desconhecer as propostas do PDS, mesmo disposto a aceitar algumas. Enfatizou não haver desistido do 2.045, que, se porventura vier a ser aprovado por decurso de prazo, relegará para as calendas todo o trabalho pedessista. A hipótese ainda aventada pelo chefe da Sepan, de aprovação do 2.045, deve-se ao fato de que, para ser rejeitado, no máximo em duas semanas, o decreto-lei precisará contar com os votos contrários de todas as bancadas da oposição na Câmara e de mais alguns dissidentes do PDS, por precaução. Não é fácil mobilizar um contingente igual, apesar da recente e vitoriosa movimentação pela recusa do anterior 2.024. Pode ser que o governo ou, pelo menos, os tecnocratas estejam contando com a ausência tática de alguns deputados oposicionistas, pois, no presente momento, pelo menos oito deles se encontram fora do território nacional, para tratamento de saúde ou, em vigeiaturas parlamentares pela Índia e pela Coréia. A diferença é de cinco cadeiras, entre as oposições somadas e o PDS.